

Sobre a Reforma Administrativa

APRESENTAÇÃO POR BEBETO MARQUES



Informações preliminares

Informações preliminares

- Enviada 03/SET/2020 - é **uma PEC** (Proposta de Emenda à Constituição), precisa passar pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.
- **Efeitos:** apenas aos que entrarem nas carreiras, **não valerá para os atuais ocupantes** dos cargos (?)
- **Abrangência (em tese): cerca de 11,4 milhões** de funcionários públicos em todas as esferas.
- **Força de Trabalho no poder público:** corresponde a **12%** do total (OCDE - 2015.) A média dos 32 países é de 21%. (no topo está a Dinamarca, com 35% e, na base, a Colômbia, com 4%).
- **Gastos com a Folha:** servidores federais representa o segundo maior gasto da União: R\$ **337,3 bilhões** (22% do orçamento anual, o equivalente a 4,4% do PIB). Fica atrás apenas dos gastos com Previdência.

Informações preliminares

- Até 2030, 35% da força de trabalho (177.115 funcionários) do governo federal estarão aptos a deixar o serviço público. E destes, 22%, ou 110.481 funcionários, nos próximos 5 anos. Lembrando que a aposentadoria no serviço público só é compulsória aos 75 anos.

Aposentadorias previstas até 2025		Aposentadorias previstas até 2030		Aposentadorias previstas até 2040	
Nível Auxiliar	8.075	Nível Auxiliar	13.425	Nível Auxiliar	17.552
Nível Intermediário	57.142	Nível Intermediário	85.763	Nível Intermediário	108.088
Nível Superior	45.264	Nível Superior	77.927	Nível Superior	152.762
TOTAL Isso significa 22% do funcionalismo federal		TOTAL Isso significa 35% do funcionalismo federal		TOTAL Isso significa 54% do funcionalismo federal	
110.481		177.115		278.402	

Fonte: Ministério da Economia

O GLOBO

BASES DA REFORMA

(4 pilares fundamentais)

1

Base fiscal

2

**Flexibilidade
das contratações**

3

Gestão das carreiras

4

**Avaliação
de desempenho**

FASES DA REFORMA

1

PEC (enviada)

- Diretrizes gerais
- Proposta já enviada
- Flexibilidade das contratações e gestão das carreiras

2

3

FASES DA REFORMA

1

Projetos de Lei

2

- Gestão de desempenho
- Consolidação de cargos, funções e gratificações
- Diretrizes de carreiras
- Modernização das formas de trabalho
- Arranjos institucionais
- Ajustes no estatuto do servidor

3

FASES DA REFORMA

1

2

3

Nova Regulamentação do Serviço Público

- Novo marco regulatório das carreiras, salários e direitos e deveres do funcionalismo.
(substituirá a atual legislação, aprovada em 1990)

Proposta enviada

Proposta enviada

- Cria **novos vínculos** e dá abertura para **outras formas de contratação que não o concurso público** (observados os princípios de impessoalidade).
- **Acaba com o Regime Jurídico Único (RJU) e cria cinco vínculos distintos.**
- Mantém **estabilidade apenas para carreiras de Estado**, mas não define quais.
- **Hoje:** 319 carreiras (RJU – estatutários, com estabilidade no cargo).
Proposta: **Temporário e Tempo Indeterminado (alguns com estabilidade, outros não).**

Proposta enviada

Entrada no serviço público

Vantagens e benefícios

Poder do presidente

Como é hoje

- Todos os servidores estatutários têm direito à estabilidade.
- Para isso, passam por um estágio probatório de três anos.
- Apenas 0,4% dos servidores são desligados durante esse estágio.
- Em média, o servidor permanece 28 anos no serviço, tem 20 anos de aposentadoria, mais 11 anos de pensão.
- Há a possibilidade de contratações temporárias, mas são restritas.

Como pode ficar

- Proposta cria diferentes tipos de vínculo, com estabilidade restrita a cargos típicos de Estado, que ainda serão definidos.
- Carreira precisa de concurso e não pode ter redução de remuneração nem de jornada.
- **Poderá haver cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade.**
- Governo quer **avaliar o servidor antes de assumir o cargo público efetivo.**
- Aprovado em concurso passará por **dois anos de experiência, sem garantia de contratação**, além de um ano de estágio probatório antes de ser nomeado efetivo.
- **Sem concurso, há previsão de 2 alternativas: cargo com prazo determinado e cargo de liderança e assessoramento** (como o DAS, conhecidos como cargos de confiança).

Proposta enviada

Entrada no serviço público

Vantagens e benefícios

Poder do presidente

Como é hoje

- Licença-prêmio, férias superiores a 30 dias, progressão por tempo de serviço, aumentos retroativos, entre outros.

Como pode ficar

- Todos vedados, considerados distorcivos pelo governo.

Proposta enviada

Entrada no serviço público

Vantagens e benefícios

Poder do presidente

Como é hoje

- Mudanças na estrutura administrativa precisam ser aprovadas no Congresso Nacional.

Como pode ficar

- Quando não houver aumento de gastos, presidente poderá reorganizar autarquias, fundações e atribuições de cargos do Executivo e extinguir órgãos,

Primeiras observações

► Estágio probatório x vínculo de experiência

A substituição do estágio probatório por vínculo de experiência, pode abrir **espaço para eventuais interferências** (políticas etc). Isso exige regulamentação adequada, especialmente quanto à avaliação de desempenho. Se isso não ocorrer se torna mais difícil a confirmação da estabilidade ou da efetivação.

► Progressões e demissões

A proposta prevê **simplificação dos processos de demissão**, mas não a eliminação de dispositivos imorais como aposentadoria como punição, ambos no Judiciário.

► Férias

Antes: 60 e 45 dias. Com a reforma: **30 dias**

► Vantagens e benefícios

São os chamados "penduricalhos".

Fica proibido:

- Licença-prêmio
- Aumentos retroativos
- Férias superiores a 30 dias/ano
- Adicional por tempo de serviço
- Aposentadoria compulsória como punição
- Parcelas indenizatórias sem previsão legal
- Adicional ou indenização por substituição não efetiva
- Redução de jornada sem redução de remuneração, salvo por saúde
- Progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço
- Incorporação ao salário de valores referentes ao exercício de cargos e funções

► Estágio probatório x vínculo de experiência

A substituição do estágio probatório por vínculo de experiência, pode abrir **espaço para eventuais interferências** (políticas etc). Isso exige regulamentação adequada, especialmente quanto à avaliação de desempenho. Se isso não ocorrer se torna mais difícil a confirmação.

Essas mudanças devem ser feitas por PL. Logo, por lei ordinária e não por PEC (quórum menor), podem afetar tanto os futuros como os atuais servidores públicos.

► Pro

A proposta prevê **simplificação dos processos de demissão**, mas não a eliminação de dispositivos imorais como aposentadoria como punição, ambos no Judiciário.

► Férias

Antes: 60 e 45 dias. Com a reforma: **30 dias**

► Vantagens e benefícios

São os chamados "penduricalhos".

Fica proibido:

- Licença-prêmio
- Aumentos retroativos
- Férias superiores a 30 dias/ano
- Adicional por tempo de serviço

A aposentadoria compulsória como punição al o

- remuneração, salvo por saúde
- Progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço
- Incorporação ao salário de valores referentes ao exercício de cargos e funções

Críticas, considerações políticas e de mérito

Críticas, considerações políticas e de mérito

Guedes mira salário do servidor público.

A reforma vai ajudar na precarização do trabalho público.

Não diferencia atividades fins e meios do Estado: *UNIVERSIDADE É ATIVIDADE FIM*

A reforma aprofunda desigualdades, não reduz os gastos públicos e não toca nos privilégios.

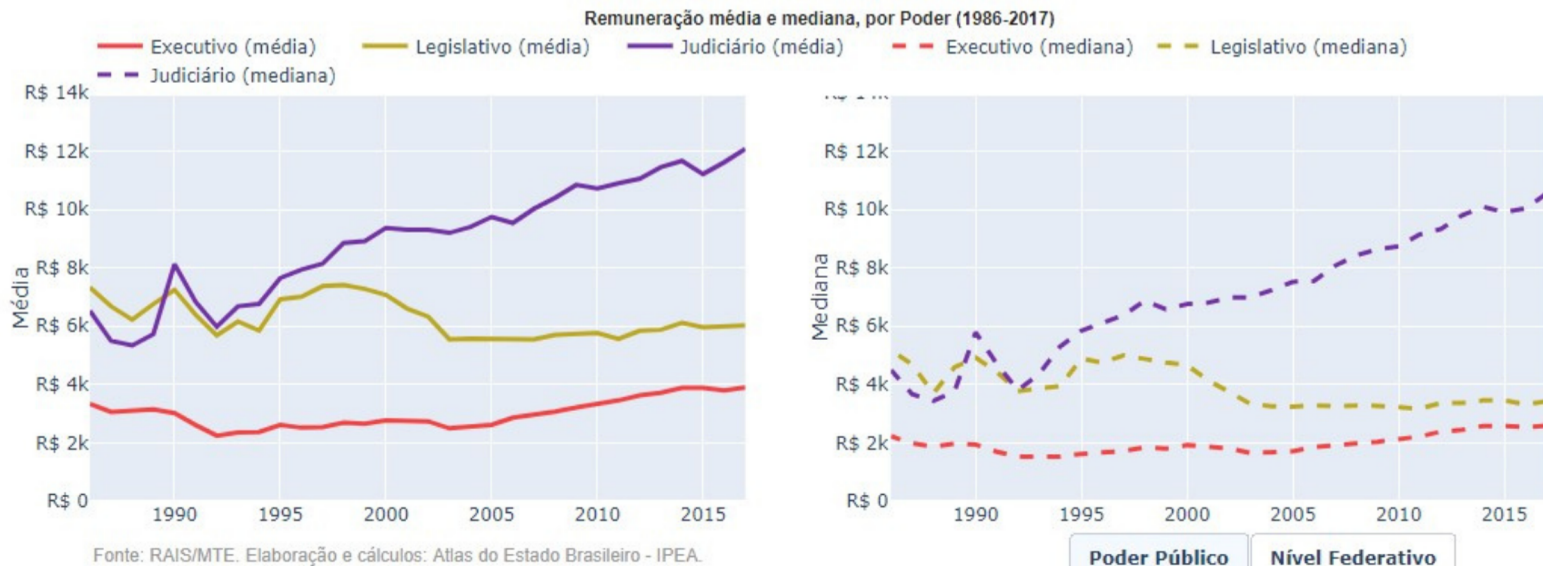
Os militares e representantes das carreiras do topo do funcionalismo público, foram poupados.

- ▶ Deputados, senadores, juizes, promotores, procuradores e desembargadores foram poupados. A justificativa dada é que os militares não são considerados servidores públicos e já tiveram suas alterações no regime alterada em recente reforma enviada ao Legislativo. Sobre os demais funcionários, afirmaram que eles são membros dos seus Poderes, e não servidores. Portanto, caberia ao próprio Poder apresentar suas reformas.

A proposta prevê a manutenção da estabilidade apenas para carreiras de Estado, ainda que não defina quais. Na prática, quem não for da carreira de Estado não tem garantia de emprego.

Críticas, considerações políticas e de mérito

Há que se reconhecer desigualdades e injustiças salariais enormes dentro do serviço público.



Críticas, considerações políticas e de mérito

Interferência política e serviço público aparelhado.

- ▶ Poderemos ter muita interferência e um serviço público aparelhado para atender determinados interesses políticos e pessoais. Funcionários do Ibama, da Receita Federal, da Polícia Federal, dos órgãos de controle não teriam a estabilidade adequada para exercerem suas funções. **Nas Universidades também, onde a liberdade de cátedra poderá ser seriamente ameaçada.**

Faltou o Governo estabelecer um diagnóstico sobre o funcionalismo público e intensificar o debate com as carreiras. Portanto, é uma reforma muito abstrata.

O Governo não conseguiu dimensionar o impacto orçamentário nem demonstrar em que medida essa proposta vai melhorar o serviço público.

Há que se tomar cuidado para não transformar servidores públicos em vilões da máquina pública.

- ▶ Quando se valoriza o trabalho do servidor público, se tem um impacto diretamente na prestação de serviços que todos os brasileiros recebem. Eles não podem ser vistos só como uma questão fiscal.

Críticas, considerações políticas e de mérito

Cheque em branco para o presidente fazer o que bem entender com fundações e autarquias.

- ▶ Outra alteração na PEC é a possibilidade de, por um simples decreto, sem a necessidade de debate com o Congresso, o presidente extinguir ou modificar autarquias e fundações, desde que não gere impacto financeiro. Neste grupo estão órgãos como as agências reguladoras (ANEEL, ANCINE, ANATEL, ANVISA) e institutos como o Ibama e ICMBIO — responsáveis pela fiscalização ambiental — ou Incra — que trata da reforma agrária.

Não se fala em cumprimento do teto salarial para servidores, uma regra sempre desrespeitada.

Da forma como foi elaborada, fatiada e sem detalhamentos de carreiras ou financeiros, o texto traz instabilidade para o funcionalismo.

Sobre a tramitação da reforma.

- ▶ Há dois cenários que dificultam a sua rápida tramitação: a pandemia que faz com que as sessões sejam virtuais, dificuldade de audiências públicas, as eleições municipais (deputados e senadores que dedicam nas campanhas eleitorais). Entre os servidores públicos a avaliação é que deve ser votada em 2021.